

FACULDADE SANTA RITA
CURSO DE PEDAGOGIA

**TRAUMAS PSICOLÓGICOS INFANTIS NO
ENSINO FUNDAMENTAL E A ATUAÇÃO DOS
PROFESSORES**

Elianara Polini Nitta

Novo Horizonte - SP
2018

FACULDADE SANTA RITA
CURSO DE PEDAGOGIA

ELIANARA POLINI NITTA

**TRAUMAS PSICOLÓGICOS INFANTIS NO ENSINO
FUNDAMENTAL E A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade Santa Rita como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia sob orientação
do Prof. Dr. Edison Bariani Junior.

Novo Horizonte - SP
2018

Nitta, Elianara Polini

N728t Traumas psicológicos infantis no ensino fundamental e a atuação dos professores / Elianara Polini Nitta – Novo Horizonte, 2018.
28 f. ; 30 cm.

Artigo Científico (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) -
Faculdade Santa Rita, 2018.

Orientador: Edison Bariani Junior

1. Traumas. 2. Violência Familiar. 3. Docentes. 4. Alunos. Autor
.II.Título.

CDD--

MEMBROS DA BANCA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
DA ALUNA DO CURSO DE PEDAGOGIA

ELIANARA POLINI NITTA

APRESENTADA À FACULDADE SANTA RITA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2018.

BANCA DE DEFESA:

Prof. Dr. Orientador – Edison Bariani Junior

FACULDADE SANTA RITA

Prof.^a Ma. Anita Gombrade Pereira

FACULDADE SANTA RITA

Prof.^a Ma. Maráisa Fonseca Machado

FACULDADE SANTA RITA

TRAUMAS PSICOLÓGICOS INFANTIS NO ENSINO FUNDAMENTAL E A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES.

Autora: **Elianara Polini Nitta**¹

Resumo: Os traumas podem ser desencadeados por situações extremamente conturbadas, de experiência negativa ou degradação moral, cujas lembranças se transformam em angústia e dor. Consequentemente, dentre essas condições traumáticas e de riscos que crianças e adolescentes podem estar expostas aponta-se a violência familiar, definida como todo ato ou omissão praticada por pessoas próximas, sendo possível perceber consequências severas nas vítimas. Assim, a escola e os professores têm a incumbência de resguardar esses menores formadores do núcleo discente, fazendo-se responsável por detectar, revelar e denunciar quaisquer situações de violência doméstica. Diante disso, o artigo tem como objetivo verificar as estratégias utilizadas por docentes na identificação de alunos que vivenciam ou vivenciaram as consequências de traumas psicológicos causados por um ambiente familiar violento e conflituoso, bem como os principais procedimentos adotados a partir dessa identificação. A metodologia se desenvolveu com cunho exploratório, pesquisa e dados quantitativos/qualitativos, sendo realizados levantamentos bibliográficos juntamente com entrevistas semiestruturadas, previamente agendadas e aplicadas individualmente a dez professores do Ensino Fundamental. Assim, a pesquisa buscou recolher e analisar as respostas dos docentes para verificar se os mesmos sabem identificar problemas traumáticos baseados apenas no senso comum e na perspicácia, os procedimentos que usam, eventual treinamento, as atitudes que tomam e as medidas que a escola adota. Concluindo-se que diante de um ambiente familiar violento haverá crianças e ou adolescentes que desenvolverão traumas por conta das consequências negativas de suas vivências, de modo que os vestígios serão demonstrados no comportamento e nas reações desses menores. Compreendendo-se a necessidade dos docentes tornarem-se instrumentos protetivos, atentos aos comportamentos e sinais emitidos por alunos, a fim de identificar possíveis ocorrências traumáticas, e a partir da suspeita, verificação e comprovação dessas práticas possam tomar atitudes sensatas que amenizem o sofrimento e extingam qualquer forma de maus-tratos e delitos cometidos contra crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Traumas; Violência Familiar; Docentes; Alunos

Abstract: Traumas can be triggered by extremely troubled situations of negative experience or moral degradation, whose memories turn into anguish and pain. Consequently, among these traumatic conditions and risks that children and adolescents may be exposed, family violence is defined as any act or omission practiced by close people, and it is possible to perceive severe consequences for the victims. Thus, the school and teachers have the task of protecting these minor trainees from the student nucleus, making themselves responsible for detecting, revealing and denouncing any domestic violence situations. Therefore, the article aims to verify the strategies used by teachers in identifying students who experience or experienced the consequences of psychological trauma caused by a violent and conflictive family environment, as well as the main procedures adopted from this identification. The methodology was developed with exploratory nature, research and quantitative/qualitative data, being carried out bibliographical surveys together with semi-structured interviews,

¹ Elianara Polini Nitta, autora do artigo e aluna do 8º termo do Curso de Pedagogia da Faculdade Santa Rita-SP, FASAR, endereço eletrônico elianarapolini_@hotmail.com.
Orientador: Prof. Dr. Edison Bariani Junior.

previously scheduled and applied individually to ten primary school teachers. Thus, the research sought to collect and analyze the teachers' answers to verify if they know to identify traumatic problems based only on common sense and insight, the procedures they use, eventual training, the attitudes they take and the measures that the school adopts. It is concluded that in a violent family environment there will be children and adolescents who will develop traumas because of the negative consequences of their experiences, so that the traces will be demonstrated in the behavior and reactions of these children. Understanding the need for teachers to become protective instruments, attentive to the behaviors and signals emitted by students, in order to identify possible traumatic occurrences, and from the suspicion, verification and verification of these practices can take sensible actions that ameliorate the suffering and extinguish any form of ill-treatment and offenses committed against children and adolescents.

Keywords: Traumas; Family Violence; Teachers; Students

1. INTRODUÇÃO

Para que crianças e adolescentes cresçam e se desenvolvam é necessário que tenham condições saudáveis, nutricionais, ambientais e contextuais que sejam favoráveis a isso. Porém, se os mesmos forem expostos a condições negativas, traumáticas e de riscos, isso fará com que desenvolvam marcas devastadoras para o resto de suas vidas (EISENSTEIN, 2006).

E não é incomum encontrar no cotidiano das salas de aula alunos com os mais diversos tipos de traumas e comportamentos desencadeados por eles. Isto porque, ao longo dos anos estima-se que 51,2% das mulheres e 60,7% dos homens viveram pelo menos um evento traumático (PERES, MERCANTE, NASELLO, 2005).

Pensando nisso, ressalta-se que eventos traumáticos são acontecimentos inesperados e catastróficos que violam e ameaçam a integridade de uma pessoa, seja por vivenciar um acontecimento perturbador pessoal ou com terceiros, de modo que isso fará com que o envolvido sinta-se amedrontado, vulnerável e aterrorizado (GREGIO, 2005).

Assim, o trauma é uma lesão causada por um agente externo, que pode ocorrer quando as defesas psicológicas naturais são violadas. Em outras palavras, pode-se dizer que os traumas podem ser desencadeados quando a pessoa passa por uma situação extremamente conturbada, de experiência negativa ou degradação moral, cujas lembranças podem se transformar em angústia e dor (PERES; MERCANTE; NASELLO, 2005).

Consequentemente, pessoas afetadas por um acontecimento traumático não se definem apenas aquelas que vivenciaram diretamente a situação, mas também se estende aquelas que entrevistaram, souberam ou tiveram pessoas próximas envolvidas no ocorrido. Por esse motivo, ao que tudo indica a grande parcela da população brasileira já vivenciou pelo menos um evento traumático (GREGIO, 2005).

1.1 Revisão Bibliográfica

Com isso, dentre essas condições negativas, traumáticas e de riscos em que crianças e adolescentes podem estar expostos aponta-se a violência familiar que se define como todo ato ou omissão praticada por pais, parentes e ou responsáveis, de modo que diante de tais práticas é possível perceber consequências severas no desenvolvimento de suas vítimas (ALMEIDA, et al, 2010).

Assim, em decorrência desses acontecimentos traumáticos e de riscos, as vítimas podem ser afetadas fisicamente, emocionalmente, intelectualmente e socialmente, o que aumenta a chance de no futuro desenvolverem transtornos mentais, de humor e de personalidade (VASCONCELOS, 2016).

Dessa forma, as reações pós-traumáticas são reveladas por meio de reações corporais, emocionais, cognitivas e psicossociais. Além do fato de que os problemas traumáticos causam atrasos no desenvolvimento das vítimas, o que resulta em transtornos de aprendizagem e alfabetização, repetências e exclusão escolar, bem como o aumento de depressão, surtos, convulsões, transtornos de conduta e uso de drogas (EISENSTEIN, 2006).

Nesse contexto, em um ato como esse é possível identificar no mínimo dois agentes, sendo caracterizados como o agredido e o agressor que na maioria das vezes é exercido por aqueles que deveriam ter a função de proteger, mas que se acham no poder e domínio sobre a criança e o adolescente, de modo que por esse motivo, diante de sua habitualidade muitos pais ou responsáveis não consideram errado praticar atos violentos contra crianças, já que os veem como um método aceitável e liberado para a educação infantil (ELSEN et al, 2011); (LYRA, CONSTANTIVO, FERREIRA, 2010).

Sendo assim, a Constituição Federal garante legalmente que:

ART. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (EC no 65/2010) (BRASIL, 2018a, p.132).

Portanto, diante dessas situações que demonstram características de trauma sofrido, as quais violam os direitos legais depositados às crianças e adolescentes, é extremamente importante que todo cidadão com conhecimento de qualquer caso de violência contra menores seja obrigado a exercer a notificação do mesmo, seja um caso confirmado ou suspeito, não se pode ficar calado em relação a isto, sendo necessária a denúncia para a interrupção dos maus-tratos (ELSEN et al, 2011).

Uma vez que, a proteção de menores que sofrem qualquer tipo de violência, maus-tratos, abuso, exploração e abandono, está legalmente garantida (EISENSTEIN, 2006). O que vai de encontro ao artigo 5º do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal número 8.069 de 13 de julho de 1990, que é referência mundial na proteção integral da juventude. De modo que em seus registros assegura que:

ART. 5º. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 2018b, p.12).

Sendo assim, a escola, devido a sua proximidade de convívio com os alunos, tem a incumbência de resguardar essas crianças e adolescentes que formam seu núcleo discente, sendo responsável por detectar, revelar e denunciar quaisquer situações de violência doméstica sofrida (ELSEN et al, 2011).

Por consequência, a escola é o local responsável pela prevenção e proteção de seus alunos, e tem como função comunicar aos órgãos competentes as situações e práticas que coloquem em risco a vida dos educandos (VAGOSTELLO. et al, 2003). Logo, deve assegurar aos seus alunos um ambiente protetor, com visão crítica diante de indícios de violência sofrida, além de ter escuta acolhedora e compreensiva diante dos casos (LYRA, CONSTANTIVO, FERREIRA, 2010).

E é com a tentativa de evitar situações em que a escola ou o professor tenha conhecimento e deixa de comunicar as autoridades sobre casos de violência sofrida, que esses profissionais da educação estarão sujeitos à multa de três a vinte salários (ELSEN. et al, 2011). Como prevê o artigo 245º do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual assegura:

ART. 245º. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 2018b, p.93).

Verifica-se assim, que tais procedimentos e alertas são tomadas com o intuito de que os professores e as escolas tenham a consciência de agirem de forma coerente diante desses casos, pois tais procedimentos incorretos podem colocar ainda mais as vítimas em riscos (VAGOSTELLO et al, 2003).

Ressaltando-se a importância do professor ser observador a ponto de compreender e identificar se o aluno está demonstrando de alguma forma os atos de violência que sofre em casa, já que a criança e ou o adolescente sempre deixa algo perceptível que demonstra ter vivenciado algum tipo de violência (MACHADO, BOTTOLI, 2011).

Por esse motivo, compreende-se a necessidade do professor ultrapassar os limites da sala de aula para se tornar instrumento de proteção às crianças e adolescentes, atendendo-os, acompanhando-os, estendendo-lhes a mão e prezando por sua educação, aprendizagem, desenvolvimento, alegria, segurança e bem-estar (ALMEIDA et al, 2010).

Mesmo diante o afastamento das suspeitas de maus-tratos, ainda assim, cabe à escola dedicar-se à proteção da criança e do adolescente, acompanhando e dedicando os devidos cuidados e atenção a eles, cumprindo seu papel de proteger e acompanhar os casos, com o compromisso de não os abandonar (LYRA, CONSTANTIVO, FERREIRA, 2010).

Dessa forma, a obrigatoriedade da denúncia diante de casos que ferem a saúde, a integridade e a vida desses menores é reconhecida no artigo 13º do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, de modo que em seus registros garante que:

ART. 13º. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao conselho tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais (BRASIL, 2018b, p. 14).

Com base nessas constatações, torna-se relevante que os professores atentem-se aos comportamentos e sinais emitidos por alunos em sala de aula, a fim de identificar possíveis ocorrências traumáticas causadas por conflitos, problemas e até violência familiar.

2. OBJETIVO: Verificar as estratégias utilizadas por docentes na identificação de alunos que vivenciam ou vivenciaram as consequências de traumas psicológicos causados por um ambiente familiar violento e conflituoso, bem como os principais procedimentos adotados a partir desta identificação.

3. METODOLOGIA: Esta pesquisa é sobre uma visão docente acerca de traumas psicológicos que interferem na vida escolar dos alunos, e se desenvolveu com cunho exploratório, pesquisa e dados quantitativos/qualitativos.

3.1 Procedimento de coleta de dados

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico para embasar os estudos, visto que este é um tipo de pesquisa exploratória que permite colocar o pesquisador em contato com diversas fontes de pesquisa, possibilitando um amplo conhecimento de tudo que já foi estudado em relação ao tema, a partir de materiais anteriormente elaborados, tais como livros e artigos científicos (GIL, 2002).

Além disso, para responder aos propósitos desta pesquisa, que se referem às estratégias utilizadas e os principais procedimentos adotados por professores diante de alunos vítimas de um ambiente familiar violento e conflituoso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas direcionadas a esses profissionais.

No que se refere aos esclarecimentos dos procedimentos e objetivo da pesquisa, os participantes, professores que lecionam no Ensino Fundamental, foram previamente elucidados ao receberem um Termo de Esclarecimento, o qual está disponível em APÊNDICE I. Este termo possibilitou aos professores informações a respeito da pesquisa, além de serem devidamente esclarecidos sobre a confidencialidade da identidade, de modo que assim, puderam se posicionar de acordo ou não com sua participação, para que então, posteriormente, fossem marcado encontros individuais com cada um deles, a fim de realizar as entrevistas com o consentimento dos mesmos.

Sendo assim, para obtenção dos dados foi realizado contato com dezesseis professores da rede regular de ensino, a fim de lhes esclarecer os objetivos e procedimentos adotados durante a pesquisa, bem como o total anonimato durante a coleta de dados. Porém, dos dezesseis professores, com os quais foi feito o contato inicial, as entrevistas foram aceitas e sucedidas apenas com dez deles que se dispuseram a participar da pesquisa durante seus tempos livres, de modo que as entrevistas foram agendadas e realizadas no dia, horário e local sugerido pelos participantes, como identificados a seguir nas informações do quadro 1.

Quadro 1- Entrevistas Realizadas.

ENTREVISTAS REALIZADAS			
PROFESSORES	DATA	HORÁRIO	LOCAL
P1	07/08/2018	15h30min	Instituição de Ensino
P2	07/08/2018	16h10min	Instituição de Ensino
P3	08/08/2018	14h40min	Instituição de Ensino
P4	08/08/2018	19h45min	Residência do entrevistado
P5	08/08/2018	21h10min	Residência do entrevistado
P6	11/08/2018	14h30min	Residência do entrevistado
P7	13/08/2018	14 horas	Residência do entrevistado
P8	15/08/2018	08h40min	Instituição de Ensino
P9	17/08/2018	08h30min	Instituição de Ensino
P10	03/09/2018	11h11min	Residência do entrevistado

Fonte: Própria

Os professores contribuintes com a pesquisa serão identificados no decorrer do trabalho com a inicial P, referente a professor, além de receberem um número de identificação referente a ordem em que foram realizadas as entrevistas, como sendo P1 para o primeiro professor entrevistado, P2 para o segundo e assim sucessivamente de P1 a P10, visto que a pesquisa obteve o total de dez professores entrevistados.

Durante a coleta de dados os participantes se posicionaram sem identificação própria e dos alunos envolvidos nos casos relatados para que não fossem reconhecidos em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo, desse modo, vale ressaltar que as entrevistas transcritas não estão anexadas a este trabalho em sua íntegra, como forma de proteger a identidade dos participantes. Sendo assim, apenas partes importantes e que não contenham dados passíveis de reconhecimento dos envolvidos foram transcritos como forma de elucidar a análise.

Conseqüentemente, toda a pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar as visões e experiências dos professores acerca de alunos que apresentam e/ou apresentaram problemas de aprendizagem, desatenção, mau comportamento e baixo rendimento escolar, por conta de algum eventual acontecimento traumático. Buscando-se, assim, recolher as respostas dos docentes, individualmente, por meio de entrevistas presenciais que foram aplicadas com roteiro de perguntas.

Questionário pré-elaborado para entrevistas, o qual está disponível no APÊNDICE II, foi previamente elaborado para ser utilizado como roteiro durante a entrevista e solicitava, primeiramente, aos acadêmicos informações referentes aos dados pessoais, de modo a contar com três questões relativas ao gênero, idade e tempo de docência dos entrevistados.

Com o propósito de caracterizar os docentes participantes da pesquisa, foram tabulados inicialmente os dados pessoais, os quais serão apresentados, na sequência, por meio de um quadro ilustrativo.

Quadro 2- Perfil dos entrevistados.

PERFIL DOS ENTREVISTADOS			
PROFESSORES	SEXO	IDADE	TEMPO DE DOCÊNCIA
P1	Masculino	52 anos	25 anos
P2	Feminino	41 anos	15 anos
P3	Feminino	33 anos	8 anos
P4	Feminino	28 anos	2 anos
P5	Feminino	41 anos	21 anos
P6	Feminino	44 anos	25 anos
P7	Feminino	42 anos	15 anos e 6 meses
P8	Feminino	44 anos	9 anos
P9	Feminino	50 anos	5 anos
P10	Feminino	52 anos	29 anos

Fonte: Própria

Com base nos dados, pode-se observar que primeiramente indagou-se sobre o gênero sexual dos participantes, de modo que dos dez docentes entrevistados, nove deles eram do gênero feminino e apenas um masculino, além do que a opção definida como outra condição não foi estabelecida por nenhum dos entrevistados.

Também foi possível identificar que a idade e o tempo de docência dos professores entrevistados foram variados, de modo que não foi estipulada uma margem de restrição com idade predefinida para participação nas entrevistas. Assim, os docentes apresentavam em torno de 28 a 52, sendo que grande parte se encontrava dentro a faixa dos 40 anos de idade. O mesmo aconteceu com o tempo de docência, de modo que os participantes apresentam tempos diferentes de docência, como podem ser observados nas informações do quadro 2.

Na sequência, o questionário utilizado durante as entrevistas apresentava mais quatorze questões relacionadas ao assunto tratado na pesquisa, as quais se distinguia entre abertas e fechadas. Dessa maneira, os dados e depoimentos obtidos durante as entrevistas foram coletados em caderno de registros para que na sequência pudessem ser transcritos, organizados e analisados, a fim de elencar situações de violência e riscos identificados pelos professores frente aos seus conhecimentos e informações de casos envolvendo alunos. Posteriormente, as observações foram discutidas e comparadas com a literatura existente sobre o assunto.

3.2 Procedimento para análise e desenvolvimento

Assim, para o procedimento de análise de dados, os conteúdos das entrevistas foram categorizados de acordo com os assuntos abordados no questionário, os quais foram definidos e separados em blocos, a fim de que o desenvolvimento da pesquisa fosse apresentado e discutido mediante as sete categorias estabelecidas, as quais serão apresentadas na sequência juntamente com os dados e depoimentos coletados durante as entrevistas.

Quadro 3: Categoria de Análise

CATEGORIAS DE ANÁLISE
Organização familiar
Atos de violência
Indícios de violência familiar
Identificação de vítimas
Atitudes adotadas pela escola
Treinamento utilizado para identificação de traumas
Relato de casos e atitudes tomadas

Fonte: Própria

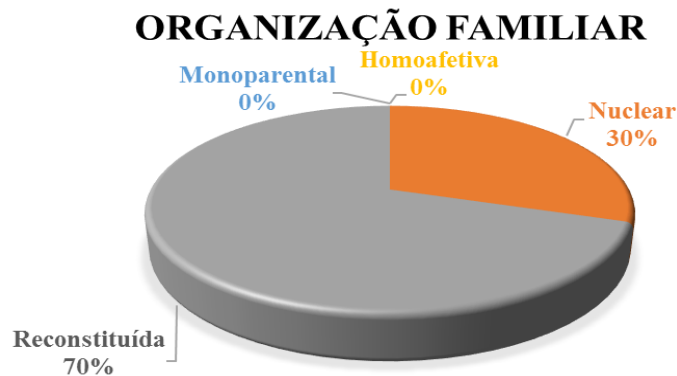
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Organização familiar

Nesta categoria, composta pela pergunta de número 1 do questionário, foi possível identificar o núcleo familiar e os membros que se apresentam em maior frequência no eixo das famílias dos alunos.

Entende-se por família qualquer grupo de pessoas com vínculos afetivos, consanguíneos ou de convivência. Sendo assim, estima-se que atualmente o núcleo familiar possa ser constituído por diversas configurações, de modo que há famílias nucleares, formadas por pai, mãe e filhos; famílias organizadas e chefiadas por somente um dos pais, definidas como monoparentais; famílias constituídas por netos e avós, outras com a presença de padrastos, madrastas e filhos dos respectivos casamentos anteriores, definidas como reconstituídas; e, por fim, famílias formadas por casais do mesmo gênero ou sexo, chamadas homoafetivas (LYRA, CONSTANTIVO, FERREIRA, 2010).

Diante disso, buscou analisar o tipo de organização familiar que se manifesta regularmente.



Assim, na primeira etapa constatou-se que a organização familiar presente com mais frequência nas turmas com as quais os professores entrevistados trabalham é constituída de maior número pela família reconstituída, de modo que esta categoria atingiu 70% entre os entrevistados, enquanto que a família nuclear formada por pais que se casaram e moram juntos com seus filhos atingiu 30% de escolha, além da família monoparental e homoafetiva que não foram indicadas por nenhum professor entrevistado. Diante disso, identifica-se o núcleo familiar e os membros que se apresentam em maior frequência no eixo das famílias dos alunos. Sendo possível reconhecer as características do ambiente familiar e possível relação com a violência sofrida nesse meio.

De modo que por serem em sua maioria ambientes formados por pais que se separaram, recasaram-se e constituíram novas uniões nucleares, podem indicar alguma relação com traumas eventualmente presentes nas crianças e adolescentes, como sendo decorrentes do convívio com os novos parceiros de seus pais. Visto que a violência familiar pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, pois na maioria das vezes os agressores são os próprios responsáveis, familiares, amigos e vizinhos, ou seja, pessoas próximas da vítima, incluindo aquelas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de sangue (LYRA, CONSTANTIVO, FERREIRA, 2010); (VASCONCELOS, 2016).

4.2 Atos de violência

Referente a questão de número 2, nesta categoria foram identificados os conhecimentos que os professores apresentam em relação às práticas que caracterizam a violência familiar, bem como os riscos que podem causar em crianças e adolescentes.

Durante as entrevistas constatou-se que grande parte dos professores entrevistados identifica atos físicos e psicológicos como práticas que caracterizam a violência no ambiente familiar. De modo que, dentre esses atos foram relatadas situações de violência moral, psicológica, física e sexual, exposição a situações impróprias, além da negligência e descuido com crianças e adolescentes cometidos por pais ou responsáveis.

Diante disso, vale ressaltar que em decorrência aos tipos de eventos traumáticos acometidos no ambiente familiar estão as situações de abandono, negligência, violência física, psicológica e sexual que são refletidas no abuso de poder por parte dos pais ou responsáveis sobre as vítimas que são vistas em condição de objeto, na qual suas práticas violentas são mantidas em segredo devido a privacidade familiar que revela a proximidade física e afetiva do agressor com a vítima (VAGOSTELLO et al, 2003).

Assim, constata-se que a grande maioria dos professores apresenta conhecimentos dos atos que caracterizam a violência, além de que houve casos de alunos envolvidos nessas situações durante seu tempo de docência.

De tal modo, essas práticas de violência contra crianças e adolescentes atuadas no âmbito familiar se apresentam como delitos sexuais, surras, beliscões, puxões de orelhas, tapas, queimaduras, mordidas, cortes, vergões, ameaças, zombaria, humilhação, amedrontamento, discriminação, desrespeito, falta de cuidados e amparos, desdém e omissão, que podem ou não deixar marcas evidentes em suas vítimas (ALMEIDA, 2010).

No entanto, apenas P4 relatou desconhecimento diante das práticas e atos que caracterizam a violência familiar e os riscos que causam em crianças e adolescentes – cuja percepção pode estar relacionada a sua recente formação e pouca experiência em sala de aula. Sendo possível identificar seu desconhecimento diante de sua fala durante a entrevista, sucedida em sua residência, quando disse: “Não, eu não conheço os atos de violência, porque eu não tive. Faz dois anos que eu leciono e ainda não me deparei com alunos que estariam vivenciando essas situações” (P4, 08 de agosto às 19h45min.).

Isso demonstra que ainda há fragilidade de professores ao lidar com esses casos, de modo que nem todos os docentes se encontram preparados e entendidos dos riscos que a violência pode gerar em seus discentes, uma vez que se julgam leigos por não vivenciar situações desse caráter, enquanto que o correto seria que todos os professores tivessem a

consciência da importância de se informar sobre o assunto tendo eles alunos envolvidos ou não, pois sabendo os atos que se caracterizam a violência e os riscos que podem causar em suas vítimas, os professores se encontrariam mais atentos e observadores a quaisquer indícios que os alunos possam estar apresentando em decorrência dessas vivências.

Em outras palavras, pode se dizer que se P4 não soube identificar os tipos de atos que podem caracterizar a violência, conseqüentemente, não saberá identificar se um de seus alunos estiver sofrendo esse tipo de violência, o que se torna preocupante.

4.3 Indícios de violência familiar

Referente às questões de número 3, 4 e 5, houve a tentativa de constatar possíveis indícios e suspeitas que os professores possam identificar em seus alunos como sendo decorrentes de situações traumáticas no ambiente familiar.

Ao serem questionados a respeito dos principais indícios de que um aluno possa sofrer violência familiar os professores entrevistados relataram haver normalmente uma mudança drástica no comportamento e no ritmo de estudos dos alunos, podendo demonstrar diferentes estados de humor e personalidade, de modo a se portarem amedrontados, acanhados, arredios, apáticos, desanimados, tímidos, revoltados, agressivos, isolados, passando a usar roupas com mangas longas e capuz mesmo em dias quentes para não expor hematomas e cicatrizes pelo corpo, apresentando receio de serem tocados e repulsa a qualquer aproximação, decaimento no rendimento escolar e falta de interesse, de modo que passam a apresentar ausências frequentes na escola, dentre tantos outros indícios que possam levantar a suspeita ou até mesmo a confirmação de que um aluno possa estar sendo vítima da violência no âmbito familiar.

Nesse sentido, as respostas apresentadas a seguir são contundentes e exemplificam a linha de raciocínio apresentada pelos professores entrevistados, de modo a expor os principais indícios e a forma como identificaram que algo de errado está acontecendo.

“Quando o aluno não rende em sala, é agressivo, tem marcas pelo corpo, falta muito às aulas, ou quando sente resistência e não quer voltar para o ambiente familiar, isso indica que algo de errado está acontecendo em casa.” (P7, 13 de agosto às 14 horas).

Já “... a criança que desenha muito monstro, caveira, coisas vermelhas, é uma criança que às vezes vê briga, sangue, tapa, surra. Então através do desenho você identifica muita coisa. Assim como pela mudança de letra, a criança começou a apresentar uma letra tranquila, firme, de repente ela passa a ter uma letra trêmula, grande, pequeninha, porque a criança, quando ela tem medo, ela diminui muito a letra. Então você vai identificando assim, ou pelo comportamento dela com as outras crianças, uma criança que é dócil de repente começa a chutar, xingar, ela está vivenciando isso em casa.” (P5, 08 de agosto às 21h10min).

Assim sendo, dentre as marcas deixadas pode-se apontar que o reflexo de tais atos sofridos e a forma como as vítimas são tratadas são demonstrados através de queixas, dores, inchaços, infecções, agressividade, indiferença, timidez, insegurança, hiperatividade, além de sintomas depressivos, medo excessivo, isolamento, baixo desempenho escolar e intelectual, constantes faltas, distúrbios no sono, dificuldade oral, falta de apetite ou obesidade, alergias e até tentativas de suicídio e autoflagelação (ALMEIDA et al, 2010).

Além disso, diante de tais atos sofridos as vítimas também tendem a reproduzir em suas ações o mesmo padrão de relacionamento violento que vivenciam em suas casas (VAGOSTELLO et al, 2003). O que remete a ideia de que ninguém nasce agressor, pois grande parte da violência praticada pelos adultos agressores é mera representação do que sofreram na infância. Assim como as crianças que praticam atos de violência física ou verbal, podem estar apenas reproduzindo o que recebem (ALMEIDA, 2010).

Algo que vai de encontro com a fala apresentada por P8, ao relatar que

“... com o decorrer do ano letivo é possível identificar indícios de violência sofrida pelo aluno por sua mudança de comportamento. Ele fica agressivo quando ele está sofrendo violência física e moral, de modo que repete na escola o que 90% ele recebe em casa.” (P8, 15 de agosto às 08h40min).

Então, conclui-se que é somente com essa afetividade e companheirismo na relação professor-aluno que os profissionais da área de educação conseguem ter acesso a uma perspectiva minuciosa acerca dos comportamentos dos discentes e do dia a dia dos mesmos. Sendo possível identificar várias características de maus-tratos e terem conhecimentos de casos de violência doméstica envolvendo seus estudantes (MACHADO, BOTTOLI, 2011); (VAGOSTELLO et al, 2003).

Isso se dá devido ao fato de que o professor cria um ciclo de convivência com sua turma escolar, possibilitando uma visão privilegiada a respeito do que se passa com cada um (ELSEN et al, 2011).

COMPORTAMENTO SUSPEITO DE ALUNO



Ao serem questionados se na escola ou em sala de aula há alunos com comportamentos alertivos, 80% dos professores entrevistados responderam que sim, há alunos cujo comportamento possam levantar suspeita de estarem vivenciando uma situação traumática no ambiente familiar, enquanto que 20% dos entrevistados negaram a existencia de discentes com esses comportamentos em seu ambiente de trabalho.

Dentre os comportamentos omitidos que demandam atenção estão a ausência frequente, baixo rendimento escolar, falta de atenção e de concentração, apatia, choro, dentre outros (RISTUM, 2010).

Assim, reforça-se a importância de observar o comportamento dos alunos no ambiente escolar, uma vez que tais condutas podem ser um indicador de que esses menores possam estar sendo vítimas da violência ou de situações conflituosas no ambiente familiar.

INDÍCIOS LEVANTARAM SUSPEITA



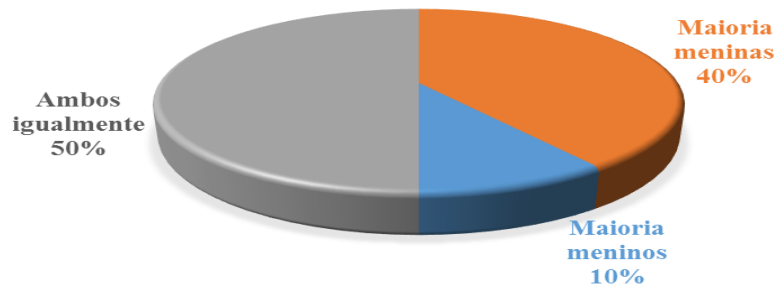
Com base na análise dos dados, foi constatado que 80% dos professores entrevistados suspeitaram de que seus alunos estariam sendo vítimas da violência familiar por conta dos indícios e comportamentos demonstrados pelos próprios discentes.

Remetendo assim à ideia de que muitas vezes o reflexo da violência sofrida por crianças e adolescentes é perceptível no cotidiano educacional. Portanto, comprova-se que o trauma vivenciado acaba repercutindo no ambiente escolar e refletindo nas atividades da escola, onde o professor muitas vezes percebe o que está acontecendo em função das atitudes e comportamentos desses alunos, que se demonstram isolados, amedrontados, agressivos, desatentos e desmotivados (MACHADO, BOTTOLI, 2011).

4.4 Identificação de vítimas

Nesta categoria, que se refere a pergunta de número 6 do questionário, foi classificado o gênero sexual dos alunos cujos professores têm conhecimentos de serem vítimas da violência familiar.

IDENTIFICAÇÃO DAS VÍTIMAS



A que tudo indica a violência não estipula sexo, visto que ambos os sexos podem estar sujeitos a tais práticas violentas, como sendo constatado na pesquisa que 50% dos professores entrevistados possuem conhecimentos de casos envolvendo meninas e meninos de forma igualitária.

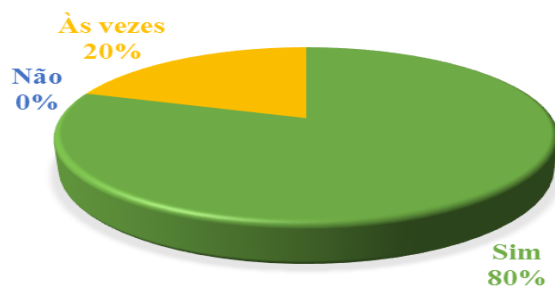
Isso ocorre devido ao fato de que a violência é algo que acompanha a sociedade desde os tempos mais remotos (LYRA, CONSTANTIVO, FERREIRA, 2010). O leva a crer que a sociedade não está imune aos atos de violência que tendem a ocorrer de forma repentina, causando vivências aterrorizantes e traumáticas capazes de gerar sintomas ou distúrbios irreversíveis em suas vítimas (GREGIO, 2005).

Porém, ainda assim, o presente estudo aponta que a maioria dos casos de violência doméstica envolvendo crianças e adolescentes atinge vítimas do sexo feminino com maior frequência, sendo possível verificar que enquanto o sexo masculino foi identificado separadamente por 10% dos professores, 40% foram constatados que as vítimas eram meninas. O que indica a vulnerabilidade social das meninas numa sociedade tradicionalmente machista e repressora.

4.5 Atitudes adotadas pela escola

No que se refere às questões 11 e 12, esta categoria foi responsável por identificar as atitudes e medidas adotadas pelas escolas e por seus profissionais da educação diante de casos de violência, maus-tratos e abusos contra seus discentes.

ESCOLA E GESTORES REPASSAM INFORMAÇÕES



Durante a pesquisa, os professores entrevistados foram questionados a respeito da atitude tomada pela escola e seus gestores, a fim de identificar se os mesmos recebem e repassam aos professores informações sobre casos de traumas em alunos.

Sendo assim, constatou-se que as informações são compartilhadas com restrição e cautela para proporcionar cuidado e atenção com estes discentes, visto que 80% dos entrevistados confirmaram o compartilhamento das informações entre os profissionais da educação. Enquanto que os 20% dos participantes restantes teriam alegado que essas informações são repassadas só às vezes.

Dessa forma, mesmo que sejam capazes de observar indícios e casos de violência sofrida pelos alunos, algumas escolas e professores ainda apresentam dificuldades para abordar esse assunto, não sabendo o que fazer ou agindo de forma insegura por medo das consequências que tal constatação acarretaria (MACHADO, BOTTOLI, 2011).

Assim, faz-se necessário que diante suspeitas e indícios de maus-tratos haja um planejamento minucioso, a fim de levantar os procedimentos mais adequados e cabíveis a situação, de modo que isto precisa ser decidido em equipe, envolvendo os profissionais da escola na análise da melhor forma de lidar com o caso (LYRA, CONSTANTIVO, FERREIRA, 2010).



Assim, por mais que seja assegurada à escola a missão de zelar pela proteção integral dos alunos, de modo que a mesma denuncie suspeitas e indícios de maus-tratos e violências sofridas aos órgãos competentes de proteção, quando se trata em efetuar a denúncia, uma parcela das instituições ainda acaba se omitindo por temor e receio (VAGOSTELLO. et al, 2003) ou procuram meios de postergar a denúncia dos fatos.

Na pesquisa, 8% dos professores entrevistados relataram que a escola e os professores normalmente se calam e preferem não se envolver quando suspeitam ou confirmam casos de violência, maus-tratos e abusos contra os alunos. Outros 33% relataram que conversam com pais e responsáveis, embora, muitas vezes esses mesmos responsáveis são os causadores ou envolvidos nos problemas da criança.

Sendo assim, os professores juntamente com a escola não podem deixar de denunciar casos de violência quando percebidos e revelados no ambiente escolar (MACHADO, BOTTOLI, 2011).

Diante disso, vale ressaltar que as escolas não podem de forma alguma ser neutras diante de suspeitas ou indícios de maus-tratos sofridos por seus alunos, prezando assim pela necessidade de se tornarem instrumentos capazes de reduzir essas ações, comunicando aos órgãos competentes para que as devidas providências sejam tomadas (ALMEIDA, 2010).

Os dados da pesquisa também apontam que 33% dos professores entrevistados acreditam que diante de tais práticas cometidas no ambiente familiar contra crianças e adolescentes devem ser resolvidos procurando conversar com os pais ou responsáveis a respeito do que possa estar ocorrendo, de modo que a escola e os professores entrem em contatos com os responsáveis, demonstrando que muitas vezes a escola e os professores não estão preparados, e assim, sendo incapazes de abordar e solucionar corretamente esses casos tendem a procurar e orientar os pais, em vez de acionar os serviços de proteção à criança e ao adolescente. De modo que tais atitudes podem colocar ainda mais em risco a vida desses menores formadores do seu núcleo discente (VAGOSTELLO. et al, 2003).

Em contrapartida, 59% dos professores entrevistados ressaltaram que diante de suspeita ou confirmação de casos de violência, maus-tratos e abusos contra os alunos a escola e os professores recorrem e comunicam a situação aos órgãos competentes, acionando os Conselhos Tutelares, Vara da Infância e Juventude e serviços de proteção à criança e ao adolescente, o que segundo a literatura e aos dados coletados na pesquisa é a melhor medida a ser tomada, a fim de garantir a segurança e a proteção dessas vítimas. Constatando-se que, apesar de alguns professores terem optado por atitudes que em geral não contribuem para a interrupção da violência sofrida pelos alunos, ainda assim, a grande maioria dos entrevistados optaram por procurar os órgãos competentes, de modo que tais práticas se encontram dentro dos procedimentos mais adequados e cabíveis a situação. Visto que é crucial o imediatismo nas denúncias e nos encaminhamentos dos casos de violência, de modo que, o professor deve notificar e encaminhar aos órgãos de apoio, aos serviços adequados e às autoridades responsáveis a tratar da investigação e da solução das ocorrências (ELSEN et al, 2011).

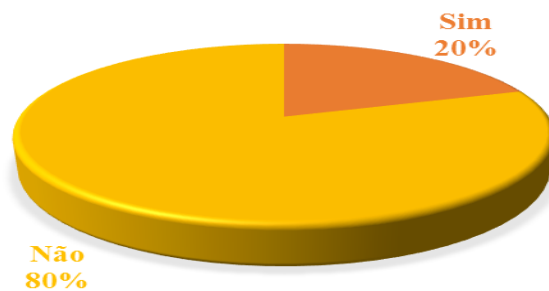
4.6 Mecanismo utilizado para identificação de traumas

Nesta categoria relativa a questão 14 foi identificado se os professores receberam alguma capacitação e treinamento durante sua formação ou se possuem algum método em que utilizam para identificação de traumas ou situações de risco pelos quais seus alunos passam ou passaram.

O QUESI ou o CTQ-SF – Questionário Sobre Traumas na Infância é um mecanismo de autorrelato (ver ANEXO I), utilizado para a detecção de possíveis situações traumáticas vivenciadas pelos participantes na infância, de modo a definir-se como um instrumento autoaplicável, que, por meio de uma escala Likert de 5 pontos indica a frequência que tais atos ocorreram em sua vida, sendo possível avaliar componentes traumáticos como abuso físico, abuso emocional, negligência física, negligência emocional e abuso sexual. (BRODSKI, ZANON, HUTZ, 2010; DIAS et al, 2013).

Assim, o Questionário Sobre Traumas na Infância, o qual está disponível em APÊNDICE II, foi utilizado durante a pesquisa como exemplo de detecção de trauma, a fim de analisar se os professores entrevistados possuíam conhecimentos de algum método semelhante, se receberam algum treinamento para identificação de traumas em seus alunos ou então se reconheciam o QUESI, mecanismo de autorrelato.

MECANISMO DE IDENTIFICAÇÃO DE TRAUMA



Assim, visto que os atos de violência sofrido na infância geram traumas a longo prazo, de modo que as consequências causadas refletirão pelo resto da vida das vítimas (ELSEN. et al, 2011). Torna-se essencial que os professores sejam preparados e instruídos a lidarem com essas situações, porém, os resultados obtidos indicados no gráfico ressaltam que apenas 20% dos professores entrevistados responderam já terem recebido instruções e preparo para lidar com situações de traumas durante sua formação, os quais relataram terem familiaridade com os mecanismos capazes de identificar traumas em alunos apenas por decorrência de uma especialização e formação posterior sobre o assunto, tal qual buscaram por interesse próprio ao terem alunos envolvidos em tais circunstâncias. Enquanto que 80% disseram nunca terem recebido um treinamento para identificação de traumas ou situações de risco pelos quais a criança e o adolescente passa ou passaram, além de não conhecerem nenhum método que possa os instruir diante de situações como essas envolvendo alunos.

Desse modo, conclui-se que grande parte dos professores entrevistados aprendeu a lidar com casos de traumas em alunos, decorrentes de um ambiente familiar violento, apenas com a

prática e as experiências adquiridas durante seu tempo de docência, pois em sua formação inicial não receberam treinamentos e preparos para lidarem com esses casos.

Remetendo-se a ideia de que muitas vezes a formação inicial se apresenta incompleta e deficitária em relação ao preparo profissional. De modo que os cursos de formação continuada se fazem essenciais e são vistos muitas vezes como uma forma de suprir as lacunas apresentadas pela primeira graduação (GATTI; BARRETTO, 2009).

Diante disso, ressalta-se que para haver uma boa qualidade no trabalho docente é indispensável que haja formação contínua ao longo da carreira profissional, uma vez que os educadores devem se manter atualizados e bem informados, o que faz da formação continuada de professores ser considerada uma questão fundamental para a educação, visto que é um processo permanente e constante de especialização, aperfeiçoamento e ampliação dos saberes necessários à atividade educacional, além de proporcionar momentos de partilha e troca de experiências entre os pares (PEREIRA, 2016).

Dessa forma, torna-se necessário que os professores disponham de tempo para a realização de cursos, estando em constante aprendizado e processo de formação, buscando sempre se especializar e melhorar sua prática docente e seu conhecimento profissional para melhor atender aos seus discentes e às suas necessidades. Sendo assim, o educador que se apresenta atualizado e em formação contínua será capaz de enfrentar as dificuldades encontradas na realidade da sala de aula, de modo que, saberá como se portar diante de uma situação de violência familiar envolvendo algum de seus alunos.

Porém, estudos revelam que a participação de professores em cursos de formação continuada se faz escassa, uma vez que se encontram acomodados a sua prática e se mostram desconfortáveis diante de novas propostas (GATTI; BARRETTO, 2009).

Isso indica que os professores não estão preparados para identificar e lidar com situações traumáticas, ainda, que as instituições e o próprio sistema de ensino não se preocupem em aparelhá-los para tal, de modo que não há uma estrutura adequada de incentivos que apoie e fortaleça o desenvolvimento profissional dos professores, talvez mesmo falte alguma iniciativa da parte deles. Desse modo, percebe-se que não há uma política de prevenção, identificação e atuação em relação aos eventuais casos de alunos que sofreram traumas, o que impacta negativamente no bem-estar das crianças e adolescentes.

4.7 Relato de casos e atitudes tomadas

No que se refere as questões de número 7, 8, 9, 10 e 13 esta categoria foi classificada com os relatos de casos de violência, maus-tratos e abusos que os professores entrevistados possuíam

conhecimento, bem como as principais medidas e atitudes por eles tomadas diante desses casos relatados.

Durante a pesquisa foi pedido que os professores entrevistados relatassem algum caso de seu conhecimento que fosse representativo por ser comum ou mais grave envolvendo alunos, de modo que vale lembrar que a identidade dos envolvidos não foram e não serão reveladas.

Assim, com as entrevistas foi possível identificar que os casos que os professores tinham conhecimento por envolver alunos vítimas da violência gerada por um ambiente familiar conflituoso, possuíam marcas e traumas deixados por vivenciarem situações de negligências, abandono, abusos sexuais, violência moral e psicológica, envolvendo agressões verbais e físicas, exposição a situações impróprias como conflitos, assassinato, vícios, bebidas, drogas, roubo, com pais dependentes químicos e ou presidiários, violência e agressões em relação a mãe, sexo irresponsável, estupro, negligência e descuido com crianças e adolescentes expostos a fome, frio e falta de tratamento médico e de higiene, com pais que não prestam os devidos cuidados e amparos aos seus filhos, deixando de lhes proporcionar suporte, carinho e atenção devida.

Dessa forma, os participantes relataram que seus alunos, vítimas da violência familiar, estiveram sujeitos a abusos sexuais praticados por padrastos e outras pessoas próximas, hematomas causados por espancamento da mãe que rejeita o filho ou do pai alcóolatra que ao chegar bêbado batia na mulher e nos filhos, violência psicológica da madrasta para com a enteada, e dentre tantos outros relatos assustadores contra menores. De modo que, a percepção e constatação dos casos ocorreram devido aos comportamentos destes alunos que levantaram suspeitas por parte dos professores, até que a confirmação veio com os relatos dos próprios discentes vitimados que depositaram em seus professores um pedido de ajuda.

Sendo importante que a equipe escolar tenha esse olhar precavido, pois muitas vezes a escola e o professor são as únicas fontes de segurança que a criança maltratada pela família tem acesso. É na escola que ela busca a proximidade, o afeto, a confiança, o apoio, o carinho, a segurança e a proteção que não recebe em casa (ELSEN et al, 2011).

Então, com o intuito de alcançar o objetivo da pesquisa, os participantes foram questionados a respeito de suas atitudes e procedimentos adotados a partir do momento em que identificaram alunos vítimas de eventuais conflitos familiares. Assim, quase que de forma unânime, os professores relataram que diante da identificação desses casos o primeiro procedimento adotado foi acionar a gestão escolar, informando a coordenação e a direção da escola a respeito do acontecido para que juntos decidissem a melhor forma de proceder.

Dessa forma, os professores disseram não se omitir, procurando fazer o que estava ao seu alcance, encaminhando a seus superiores que acionaram o Conselho Tutelar, a assistente

social, psicólogos, bem como todos os órgãos e profissionais competentes e responsáveis pela segurança e bem-estar dos alunos. Essa comprovação se funda na fala de P2, que é utilizada no desenvolvimento desse trabalho para exemplificar o discurso adotado pelos professores, sendo que os outros apresentaram uma fala similar.

“Primeira coisa a gente conversa com a coordenação e direção sobre o ocorrido. Assim, quando o caso é mais grave recorre ao Conselho Tutelar, que é o primeiro a ser acionado, e também é passado para a Secretaria da Educação, porque a gente precisa de apoio para isso. E aí o Conselho e a Assistente social que vão tentando resolver da melhor forma possível, porque também sai da nossa ossada, né?! Professor o que ele pode fazer é avisar o que está acontecendo, para que aí o profissional responsável possa ir atrás.” (P2, 07 de agosto às 16h10min).

Dessa forma, consta-se que os professores tiveram com quem compartilhar o problema, sendo que recorreram à equipe escolar e juntos analisaram as possibilidades e as atitudes a serem tomadas diante dos casos.

Assim sendo, ao surgirem as primeiras suspeitas ou indícios de que algum aluno possa estar sendo vítima de violência, a principal tarefa do professor deve ser a investigação dos fatos, e com a confirmação deverá encontrar a melhor forma de proceder com a denúncia, pois o professor é a voz da criança e do adolescente que sofre calado (ELSEN. et al, 2011).

Muitos desses professores entrevistados também relataram que ao se depararem com esse tipo de situação envolvendo alunos prestaram toda atenção e cuidado devido com os menores, a fim de garantir que os mesmos sentissem seguros e confiantes, com a certeza de que tinham com quem contar e dividir seus traumas. O que se expressa na fala de P6 ao relatar que:

“... a violência tira a paz e a base para qualquer aprendizado, então o professor não pode se ausentar desses indícios que podem levar a uma história real que seus alunos estão passando. E que ele pode ajudar e transformar interferindo na vida desses alunos de forma positiva para que eles não se sintam sozinhos.” (P6, 11 de agosto às 14h30min).

Em decorrência disso faz-se necessário o desenvolvimento de relações de confiança que transmitam proteção e segurança a essas vítimas, de modo que, exista um local que sirva de refúgio, abrigo e apoio (EISENSTEIN, 2006). Uma vez que é em busca dessa proteção que menores abusados no convívio familiar tendem a procurar referência de adultos protetores na escola, de modo a chegarem diante do educador com marcas físicas e psicológicas, suplicando por ajuda, acolhimento e ato de carinho (ALMEIDA et al, 2010).

Por consequência da aproximação e convivência que os professores têm com os alunos a identificação de que os mesmos vivenciam situações traumáticas pode chegar até os docentes por meio de relatos do próprio aluno ou por um membro da família, pela presença de marcas corporais, por comportamentos agressivos, de passividade, apatia, retraimento,

timidez, tristeza, medo e choro em sala de aula, bem como a ausência frequente, baixo rendimento escolar, indisciplina, falta de atenção e motivação, que como já foi ressaltado, podem ser vistos como indícios dessa violência sofrida (VAGOSTELLO et al, 2003).

Com base nisso, a pesquisa buscou saber se os professores já foram procurados por alguém ou até mesmo pelo próprio aluno que desejava relatar uma situação de violência sofrida, de modo que, dentre os dez participantes entrevistados, três relataram nunca ter sido procurado e informado diretamente, enquanto que os outros sete disseram que tiveram casos de alunos vítimas da violência familiar, os quais foram relatados pelas próprias vítimas, sendo que esses alunos sentiram segurança diante da imagem de seus professores e os escolheram para compartilhar suas vivências, angústias, medos e traumas como um pedido de socorro.

Diante disso, é fundamental que o educador passe segurança e proteção frente aos seus educandos, para que os mesmos consigam se abrir e falar sobre suas dificuldades, fobias e aflições (MACHADO, BOTTOLI, 2011).

Com base nos relatos e experiências compartilhadas pelos professores entrevistados durante a coleta de dados, foi possível identificar que os docentes que tiveram alunos envolvidos em situações traumáticas decorrentes de maus-tratos e abusos que demandassem denúncia sentiram-se abalados e vulneráveis, com medo do que tais situações acarretariam para a vida dos discentes, porém, mesmo encontrando dificuldades, resistência ou temor ao lidar com os casos, todos relataram que sua atitude foi de acolhimento e apoio, demonstrando aos menores vitimados que a partir daquele momento eles não estavam mais sozinhos e teriam com quem contar.

Durante a entrevista esse apoio para com os alunos vítimas da violência foi perceptível e segue exemplificado no trabalho com a resposta dada por P6 ao relatar a função do professor para contribuir e ajudar seus alunos que passam por inquietações, traumas ou problemas pessoais. Durante a entrevista identificou-se que:

“o papel dos professores é contribuir para que se amenizem esses traumas, para que esses alunos continuem avançando e progredindo em seus estudos. Esse é o papel do professor, de não nos calarmos, de não deixarmos que isso continue na vida deles, e lembrando que como pessoas eles podem sim superar esses traumas, temos que acreditar que eles são capazes de passar por todos esses traumas... E enquanto professores nós vamos ajuda-los, e que não estarão sozinhos.” (P6, 11 de agosto às 14h30min).

Assim, percebe-se a importância dos professores serem fortes e resilientes, a fim de que façam o que estiver ao seu alcance para socorrer e atender a todos os alunos que necessitam de ajuda. Para isso, se faz necessário que os educadores sejam amigos de seus alunos, que juntos tenham uma relação de parceria, proximidade e confiança, a fim de que os alunos que

se encontrarem diante dessas situações de violência sintam-se seguros com a presença do professor, colocando sua confiança sobre ele.

Sendo assim, o professor precisa mudar sua visão a respeito dos alunos, depositando sobre eles um olhar prudente, preciso e individual, a fim de conhecer cada um de seus discentes, sabendo identificar quais são suas necessidades e súplicas a serem atendidas (OLIVEIRA, PISCINATO, 2017). Em decorrência disso, cabe ao educador o olhar cuidadoso e a sensibilidade em perceber algumas características que indicam o que estes alunos estão passando (ALMEIDA, 2010). E mais do que ensinar é preciso ouvir, pois diante das dificuldades de aprendizagem, e dos comportamentos conturbados podem estar os apelos silenciosos dos alunos. Por isso, faz-se necessário que o professor conheça seus educandos e tenha sobre eles uma postura cautelosa, observadora e atenciosa, de modo que, a preocupação, a afetividade, o cuidado e o acolhimento para com os alunos fazem toda a diferença e se torna essencial (OLIVEIRA, PISCINATO, 2017).

Assim, a pesquisa buscou saber se os professores conseguem identificar problemas traumáticos (a despeito da necessária formal acadêmica para tal) baseados apenas no senso comum e na perspicácia, os procedimentos que usam, eventual treinamento, as atitudes que tomam e as medidas que a escola adota.

5. Considerações finais

A revisão da literatura, o fenômeno estudado e sua análise apontaram para a importância dos professores ultrapassarem os limites da sala de aula para atender seus alunos, desenvolvendo seu trabalho de forma atenciosa, sensível, empática e cautelosa, pois muitas vezes não se sabe por quais tormentas os alunos passam e talvez para alguns o único lugar seguro seja a sala de aula. De modo que, saber olhar para seus alunos e perceber que os mesmos estão necessitando de ajuda é essencial e faz toda a diferença em um professor.

Sendo assim, conclui-se que diante da violência e de situações conturbadas decorrentes de um ambiente familiar violento haverá crianças e ou adolescentes que desenvolverão traumas por conta das consequências negativas de suas vivências, de modo que os vestígios dessa violência serão demonstrados no comportamento e nas reações desses menores. O que se torna essencial a percepção dos professores de identificarem os indícios demonstrados por seus discentes, para que a partir da suspeita, verificação e comprovação de práticas violentas possam tomar atitudes sensatas que amenizem o sofrimento dessas vítimas, a fim de extinguir qualquer forma de maus-tratos e delitos cometidos contra crianças e adolescentes, mesmo que não haja preparo e treinamento para lidarem com esses casos a denúncia se faz indispensável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laura Isabel Marques V. de. et al. **O papel do educador diante da violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Mato Grosso, 2010. Disponível em: <<http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2011/02/11/outros/cf2c94e9877f4409c8a97414722cb527.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. **Constituição de 1988 - Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 03 out. 2018a.

BRASIL. **ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente 8.069/90**. Dispõe sobre Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados – Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Biblioteca. Brasília, 9ª ed. 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/acamara/programas-institucionais/inclusao-social-e-equidade/acessibilidade/legislacao-pdf/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 28 mai. 2018b.

BRODSKI, Sally Karina; ZANON, Cristian; HUTZ, Claudio Simon. Adaptação e validação do questionário sobre traumas na infância (QUESI) para uma amostra não-clínica. **Avaliação Psicológica**, Porto Alegre, v.9, n.3, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v9n3/v9n3a17.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2018.

CALAFATE RIBEIRO, Margarida. et al. **Relatório do projeto “Os filhos da guerra colonial: Pós-memória e representações”**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2010. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/projectos/filhosdaguerracolonial>>. Acesso em 10 jun. 2018.

DIAS, Aida. et al. Estudo de propriedade psicométrica do Questionário de Trauma de Infância – Versão breve numa amostra portuguesa não clínica. **Laboratório de Psicologia**, Coimbra, v.11, n.2, 2013. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/43861/1/Estudo%20de%20propriedades%20psi%20com%20A9tricas%20do%20Question%20de%20Trauma%20de%20Inf%20A2ncia%20-%20vers%20breve%20numa%20amostra%20portuguesa%20n%20A3o%20cl%20ADnica.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2018.

EISENSTEIN, Evelyn. Traumas e suas repercussões na infância e na adolescência. **Adolescência & Saúde**, v.3, n.2, 2006. Disponível em: <www.adolescenciaesaude.com/audiencia_pdf.asp?aid2=143&nomeArquivo...pdf>. Acesso em: 24 mar. 2018.

ELSEN, Ingrid. et al. Escola: Um espaço de revelação da violência doméstica contra crianças e adolescentes. **Psicologia Argumentativa**, Curitiba, v.29, n.66, 2011. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?dd1=5289&dd99=pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Unesco. Brasília, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Editora Atlas S.A., São Paulo, 4^a ed. 2002. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2019.

GREGIO, Claudia. **Antes e depois do TRAUMA: Vivência Traumática e o Mundo Presumido**. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2005. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/15730/1/Antes%20e%20Depois%20do%20Trauma.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

LOBO, Beatriz Oliveira Meneguelo. et al. Terapia Cognitivo-Comportamental focada no trauma para crianças e adolescentes vítimas de eventos traumáticos. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, v.16 n.1, 2014. Disponível em: <rbp.celg.org.br/audiencia_pdf.asp?aid2=138&nomeArquivo=v16n1a02.pdf> Acesso em: 11 abr. 2018.

LYRA, Gabriela Franco Dias; CONSTANTINO, Patrícia; FERREIRA, Ana Lúcia. Quando a Violência Familiar Chega até a Escola. In: ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes (Org.) **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010. cap. 6, p. 147 – 175. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/szv5t/pdf/assis-9788575413302.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

MACHADO, Tássia Brenner; BOTTOLLI, Cristiane. **Como os professores percebem a violência intrafamiliar**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.34, 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n34/n34a04.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

OLIVEIRA, Gardênia Felis; PISCINATO, Milton Tadeu. Dificuldades de aprendizagem Learning Disability. **Revista de Pós Graduação Multidisciplinar**, São Paulo, v.1, n.2, 2017. Disponível em: <<http://fics.edu.br/index.php/rpgm/article/download/574/633/>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

PEREIRA, Anita Gombrade. **A formação continuada dos professores de História da rede estadual paulista: um estudo sobre o curso a Rede aprende com a Rede**. Ribeirão Preto, SP: CUML, 2016. 117f. Defesa (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Moura Lacerda.

PERES, Julio F. P.; MERCANTE, Juliane P. P.; NASELLO, Antonia. G. Promovendo resiliência em vítimas de trauma psicológico. Neurociências e Comportamento. **Revista de Psiquiatria**, São Paulo, v.27, n.2, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v27n2/v27n2a03.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

RISTUM, Marilena. A violência doméstica contra crianças e as implicações da escola. **Temas em Psicologia**, Bahia, v.18, n.1, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a19.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

VAGOSTELLO, Lucilena. et al. **Violência doméstica e escola**: Um estudo em escolas públicas de São Paulo. *Paidéia*, São Paulo, v.13 n.26, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v13n26/08.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

VASCONCELOS, Nina Maia de; BOTELHO, Ana Cristina Batista; OLIVEIRA, Irismar Reis de. Prevalência de traumas infantis: investigação com adolescentes de uma escola pública em Salvador, Brasil. **Revista de Ciências Médicas e biológicas**, Salvador, v.15, n.3, 2016. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/313237735>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

APÊNDICE I: TERMO DE ESCLARECIMENTO EM RELAÇÃO À PESQUISA

Prezado(a) senhor(a)

Esta pesquisa é sobre uma visão docente acerca de traumas que interferem na aprendizagem dos alunos. E está sendo desenvolvida por Elianara Polini Nitta, aluna do último ano do curso de Pedagogia da FASAR – Faculdade Santa Rita de Novo Horizonte, sob a orientação do Prof. Dr. Edison Bariani Junior.

Sendo assim, o objetivo do estudo é verificar as estratégias utilizadas por docentes na identificação de alunos que vivenciam ou vivenciaram as consequências de traumas psicológicos causados por um ambiente familiar violento e conflituoso, bem como os principais procedimentos adotados a partir desta identificação.

Esta pesquisa se desenvolverá com cunho Exploratório e Pesquisa Quantitativa/Qualitativa, de modo que, serão realizados levantamentos bibliográficos juntamente com entrevistas semiestruturadas que serão aplicadas, individualmente, com um roteiro de perguntas previamente elaborado.

Os participantes serão devidamente informados a respeito da pesquisa e poderão decidir estarem ou não de acordo com a colaboração na pesquisa, para que assim as entrevistas sejam realizadas com a permissão dos participantes, de modo que, posteriormente os dados obtidos sejam transcritos e analisados apenas pela pesquisadora, sendo que os professores entrevistados não serão identificados em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Garanto tratar vossa identidade com padrões profissionais de sigilo e pleno anonimato.

Solicito a sua colaboração em participar da entrevista, como também sua autorização para apresentar apenas os resultados deste estudo em meu trabalho de conclusão de curso, que conterá apenas a publicação dos resultados. Seu nome ou o material que indique a sua participação não serão divulgados, desse modo sua identidade será mantida em sigilo absoluto e pleno anonimato. A pesquisadora Elianara Polini Nitta, juntamente com o professor orientador Edison Bariani Junior certificam que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Esclareço que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura da pesquisadora responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com a aluna responsável pela pesquisa, Elianara Polini Nitta.

Telefone celular: (17) 99103-1488

E-mail: elianarapolini_@hotmail.com

APÊNDICE II: Questionário semiestruturado para a Entrevista com os Docentes:

PERFIL DOS ENTREVISTADOS:

1. Sexo? Masculino. Feminino.
 Outra condição de gênero. Qual? _____.
2. Idade? _____ anos.
3. Tempo de docência? _____.

QUESTÕES EM ABORDAGEM AO TEMA DE PESQUISA

1. Normalmente, qual o tipo de organização familiar está presente, com mais frequência, nas turmas com as quais você trabalha?
 Família monoparental, chefiada por somente um dos pais.
 Família nuclear, formada por pais que se casaram e moram junto com seus filhos.
 Família reconstituída, composta por pais que se separaram, recasaram-se e constituíram novas uniões nucleares.
 Família homoafetiva, formada por um casal do mesmo sexo.
2. Você conhece os vários tipos de atos que caracterizam a violência familiar e os riscos que causam em crianças e adolescentes?
 Sim. Quais são estes atos? _____.
 Não.
3. Em sua opinião quais os principais indícios de que um aluno possa sofrer violência familiar? E como você identifica?
4. Na escola ou em sua sala de aula, há alunos cujo comportamento possa levantar a suspeita de estarem vivenciando uma situação traumática no ambiente familiar?
 Sim.
 Não.
 Talvez, não consigo identificar.

5. SE SIM, esses indícios levantaram suspeitas de sua parte de que este aluno estaria sendo vítima da violência familiar?

() Sim.

() Não.

() Tive dúvidas.

6. Os casos que você tem conhecimento ou suspeita fundada de alunos vítimas dessa violência aconteceram com:

() Maioria de meninas.

() Maioria de meninos.

() Ambos igualmente.

7. Você pode relatar, sem identificar as pessoas ou fornecer informações específicas sobre elas, algum caso que tenha conhecimento e que seja representativo por ser comum ou mais grave?

8. A partir do momento em que foram identificados que alunos tinham problemas escolares em virtude de eventuais problemas domésticos ou conflitos familiares, o que você fez?

9. Você já foi procurado por alguém ou pelo próprio aluno que desejava relatar uma situação de violência sofrida?

() Sim. Por quem e o que foi relatado? _____.

() Não.

() Talvez, não consigo identificar.

10. SE SIM, como você se sentiu? Qual foi sua atitude? Você teve com quem compartilhar o problema? Encontrou dificuldades, resistência ou medo ao lidar com o caso?

11. A escola e seus gestores recebem e repassam aos professores informações sobre casos de traumas em alunos?

() Sim.

() Não.

() Às vezes.

12. Qual você pensa que é a postura que a escola e os professores desempenham quando suspeitam ou confirmam casos de violência, maus-tratos e abusos contra os alunos?

() Normalmente se calam e preferem não se envolver.

() Recorrem e comunicam a situação aos órgãos competentes, acionando os Conselhos Tutelares, Vara da Infância e Juventude, e serviços de proteção à criança e ao adolescente.

() Procuram conversar com os pais ou responsáveis a respeito do que possa estar ocorrendo.

() Tomam outra postura diante destes casos. Qual? _____.

13. Em sua opinião, qual o papel dos professores para contribuir e ajudar seus alunos que passam por inquietações, traumas ou problemas pessoais?

14. Você conhece algum método ou recebeu algum treinamento, durante sua formação, para identificação de traumas ou situações de risco pelos quais a criança e o adolescente passaram/passam?

Como, por exemplo, o QUESI – Questionário Sobre Traumas na Infância é um mecanismo de autorrelato, utilizado para a detecção de possíveis situações traumáticas vivenciadas pelos participantes na infância.

() Sim.

() Não.

ANEXO I: CTQ-SF Questionário de Trauma Infantil – Versão Breve

Encontra abaixo um conjunto de afirmações sobre a sua infância. Por favor, classifique-as de acordo com o que viveu nessa fase da sua vida.

Na minha infância e juventude...	Nunca	Poucas vezes	Às vezes	Muitas vezes	Sempre
1. Eu não tinha comida suficiente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Sabia que havia alguém para me cuidar e proteger.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. As pessoas da minha família chamavam-me nomes (estúpido(a), preguiçoso(a), feio(a), etc.).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Os meus pais não conseguiam cuidar da família porque se embriagavam ou drogavam.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Havia alguém na minha família que me ajudava a sentir especial ou importante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Tinha que usar roupas sujas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Senti-me amado(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Achava que os meus pais preferiam que eu nunca tivesse nascido.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Na minha família batiam-me tanto que tinha que ir ao hospital ou ao médico.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. A minha família parecia quase perfeita.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Na minha família batiam-me tanto que me deixavam pisado ou com nódoas negras no corpo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Batiam-me com um cinto, um pau, uma corda ou outras coisas que me magoavam.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. As pessoas da minha família cuidavam umas das outras.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Pessoas da minha família diziam coisas que me magoaram ou ofenderam.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Acredito que fui fisicamente maltratado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Tive uma ótima infância.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Batiam-me tanto que um professor, um vizinho ou um médico chegou a dar-se conta disso.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Sentia que na minha família alguém me odiava.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. As pessoas da minha família eram unidas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Tentaram tocar-me ou obrigaram-me a tocar alguém sexualmente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. Ameaçaram magoar-me ou contar mentiras sobre mim se eu não fizesse algo sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Tive a melhor família do mundo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Tentaram forçar-me a fazer ou a assistir a algo sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Alguém me assediou.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. Acredito que fui maltratado(a) emocionalmente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26. Havia alguém para me levar ao médico quando eu precisava.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. Acredito que fui abusado sexualmente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28. A minha família foi uma fonte de força e apoio.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

(CALAFATE RIBEIRO et al., 2018)